

DEMOGRAFIA HISTÓRICA E FAMÍLIA. UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

*Historical demography and family.
A methodological suggestion*

MARIA NORBERTA AMORIM

Rua 25 de Abril. 4615 Lixa (Portugal).

e-mail: namorim@eng.uminho.pt

RESUMEN: Siendo tema de interés común para los científicos sociales, particularmente para demógrafos, historiadores, sociólogos y antropólogos, la Historia de la Familia se resiente de forma aún demasiado nítida de las aproximaciones disciplinares, de la tiranía de las fuentes y de las dificultades metodológicas. No parece difícil demostrar que la aproximación demográfica proporciona elementos y conexiones fundamentales para la Historia de la Familia. Entendemos que la organización en *bases de datos* de la información de los registros parroquiales mediante la metodología de reconstrucción de parroquias (bases abiertas a la interrelación con información nominal procedente de otras fuentes y a la convergencia interdisciplinar), puede ser un camino a seguir para la oportuna afirmación de una nueva Historia de la Familia.

Palabras clave: Reconstrucción de familias, interrelación de fuentes, convergencia interdisciplinar.

ABSTRACT: Since the theme is of common interest to social scientist, mainly to demographers, historians, sociologists and anthropologists, the History of Family reflects negatively, in a still visible way, the disciplinary approaches, the oppression of sources and the methodological difficulties. It doesn't seem difficult to show that the demographic approach gives the fundamental links to the History of Family. We assume that a data basis of parishes records, organised by the methodology of Reconstitution of Parishes (an information opened to the interrelation of nominal information issued from other sources, and to the interdisciplinary approach), can be a way to pursue in order to achieve a meaningful statement of a new History of Family.

Key words: Reconstitution of parishes, linkage of sources, interdisciplinary approach.

1. O QUADRO PORTUGUÊS

Sendo tema de interesse comum para os cientistas sociais, particularmente para demógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos, a história da família em Portugal ressent-se de forma ainda demasiado nítida das abordagens disciplinares, da *tiranía* das fontes e das dificuldades metodológicas. Mas esse não é certamente um problema particular da nossa investigação. A articulação consequente das diferentes abordagens da história da família não foi feita em Portugal como ainda não o foi nos outros países. Se aceitarmos a síntese de Michael Anderson (1984) sobre a produção bibliográfica no que respeita à história da família ocidental, seguimos três abordagens principais, três perspectivas de análise que, mesmo consideradas por muitos como indispensáveis à visão global pretendida, ainda pouco se articulam. São elas a *abordagem demográfica*, a *abordagem dos sentimentos* e a *abordagem da economia doméstica*.

Para que o diálogo interdisciplinar pudesse funcionar seria necessário primeiro que cada abordagem atingisse maturidade e depois que se encontrasse uma metodologia que facilitasse o cruzamento de informação. No caso português as abordagens *demográfica* e da *economia doméstica*, para não falar da menos versada, a dos *sentimentos*, só muito recentemente vão encontrando essa maturidade. Uma metodologia passível de facilitar a convergência interdisciplinar, hierarquizando procedimentos, terá naturais dificuldades de afirmação.

Não parece difícil demonstrar que a abordagem demográfica fornece os elos fundamentais para a história da família. Consideremos, contudo, que dentro da *abordagem demográfica* se encontram duas vertentes principais, filiadas em fontes e metodologias específicas, que têm demonstrado, uma e outra, grandes dificuldades em ultrapassar as suas marcas de origem.

A primeira dessas vertentes nasceu em França fundamentalmente com a metodologia de *reconstituição de famílias* de Fleury-Henry (com data de 1956), aplicada sobre registos de nascimentos, casamentos e óbitos. As monografias resultantes abriram um conhecimento novo sobre comportamentos de nupcialidade e fecundidade na Europa Ocidental de Antigo Regime, manifestando maiores dificuldades na abordagem de fenómenos como a mobilidade e mortalidade, o que compromete as visões de síntese. O rigor das metodologias e das análises quantitativas dominaram a sensibilidade natural do historiador, dificultando as aberturas que pareceriam óbvias à história da família ou à história social.

Em Inglaterra, Peter Laslett (1972, especialmente) e o *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, com o desfasamento de uma década, representam a outra vertente na abordagem demográfica. Lograram tratar outro tipo de fontes, as listas de habitantes, e desenvolver trabalho pioneiro sobre a composição do grupo doméstico. A *tipologia de Cambridge* foi aplicada, muito vezes de forma acrítica, um pouco por toda a Europa. Aqui também a metodologia seguida não foi de molde a desembocar numa visão integrada da vida familiar no passado. Os *instantâneos* sobre os agregados domésticos empobrecem os nossos conhecimentos sobre a reprodução biológi-

ca sem nos trazerem uma adequada compreensão das dinâmicas de reprodução social da família.

Embora evidentes, as vantagens da articulação entre as duas vertentes da abordagem demográfica da história da família dificilmente tem conduzido o investigador a romper com constrangimentos metodológicos herdados de uma ou de outra *escola*. De um lado, teríamos indivíduos agregados na sua família biológica; do outro, agregados domésticos com uma hierarquia definida em que o termo *família* adquire outra dimensão. De um lado, a secura dos indicadores de fecundidade ou das idades médias ao primeiro casamento; do outro, o fascínio da diversidade das relações familiares. Não admira que não se tenham identificado os historiadores demógrafos como historiadores da família e essa identificação se tenha processado facilmente em relação aos que trabalham com listas de habitantes. O reencontro de uns e de outros numa adequada abordagem demográfica da história da família vem naturalmente com a maturidade científica, pesem embora os obstáculos de partida.

De facto, não é fácil vencer aquilo que se pode chamar a tirania das fontes. A existência temporalmente muito localizada de certos tipos de fontes, as leituras paleográficas, os códigos de expressão próprios de cada época, dificultam o acompanhamento em longa duração da história da família. Basta recordar o fosso que geralmente se estabelece entre medievalistas e modernistas, sem falar nas dificuldades de trabalhar o século XVI, ou mesmo XVII, quando se começou por uma introdução no século XVIII. Mas não são só as dificuldades técnicas ou de inexistência de certo tipo de fontes que perturbam o trabalho em longa duração em história da família. As fontes privilegiadas dominam o historiador mais do que o desejável, quer sejam registos paroquiais, róis de confessados ou testamentos. Será necessário avançar, de forma sistemática, para o cruzamento de fontes, por metodologias adequadas, para que muitas dificuldades possam ser ultrapassadas.

No que respeita às fontes privilegiadas pelos historiadores demógrafos na linha de Henry, a comunidade científica portuguesa, por publicação da Secretaria de Estado da Cultura e Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, conhece hoje o *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais* (à excepção dos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores), identificados em arquivos públicos e eclesiásticos. Os inventariados não são todos os registos de baptismos, casamentos e óbitos que sobreviveram às vicissitudes dos tempos. Alguns exemplares ainda se encontram dispersos, outros irremediavelmente perdidos.

Menos de 3% das paróquias portuguesas dispõem de registos paroquiais anteriores a 1550. Passado um século, já 71% das paróquias referidas no *Inventário*, possuem registos paroquiais de algum tipo. No entanto a desigualdade entre os distritos é muito grande. Enquanto o distrito do Porto, o caso mais favorecido, conta 90% das suas paróquias com registos anteriores a 1650, Vila Real só atinge as 35%, situando-se os restantes distritos em posição intermédia.

Para o historiador da família interessará não tanto a marcada antiguidade dos baptismos, casamentos ou óbitos, mas principalmente a conservação das

três séries em continuidade e em paralelo, situação bem mais problemática no caso dos registos portugueses. Analisando o *Inventário* sob essa perspectiva, verificamos que só 30% dos registos iniciados antes de 1650 apresentam, para o Antigo Regime, séries não lacunares ou com lacunas pouco significativas. O distrito que conserva melhor os seus registos paroquiais é ainda o do Porto com 73% de registos anteriores a 1650 com qualidade satisfatória, seguindo-se o de Coimbra com 57%. O distrito de Bragança, o caso mais extremo, apenas dispõe de 5% de paróquias com registos não lacunares e anteriores a 1650.

Mesmo dispondo de séries contínuas, os registos de nascimentos, casamentos e óbitos portugueses podem satisfazer ou não as exigências do investigador da história da família. Embora tenhamos ainda hoje um grande desconhecimento sobre a forma como foram, ao longo da Idade Moderna, registados os actos vitais em grandes áreas do nosso país, para o espaço da zona norte preenchido pela antiga arquidiocese de Braga e pela antiga diocese de Miranda, depois diocese de Bragança-Miranda, sabemos que, antes de 1680, a crítica de fonte terá de ser mais cuidada na medida em que o rigor dos assentos e o registo sistemático depende muito do perfil do redactor paroquial. Posteriormente, as «visitas» sistemáticas dos delegados da diocese, com aplicação de multas, constroem ao cumprimento das Constituições dos Bispos.

As dificuldades de aplicação da metodologia de Fleury-Henry aos registos paroquiais portugueses revelaram-se muito grandes, sendo o primeiro grande obstáculo a falta de linearidade na transmissão dos apelidos. Virgínia Rau trouxe para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ainda nos anos cinquenta, o interesse pelos registos paroquiais, expresso logo em 1959 com a publicação, da autoria de Maria de Lourdes Akola Neto, de *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII*, pelo Centro de Estudos Demográficos do I.N.E.. Nos anos posteriores, proliferaram nas três Universidades, Lisboa, Coimbra e depois no Porto, os trabalhos na mesma linha, para períodos de observação curtos, sem possibilidade de chegar à reconstituição de famílias.

Iniciando-se, com uma metodologia diferente da de Fleury-Henry, no início da década de setenta, os trabalhos de «reconstituição de famílias» para o Antigo Regime em Portugal¹, só nos anos oitenta os mesmos conheceram um novo fôlego com a publicação de duas monografias rurais² e um estudo demográfico que envolve uma análise comparativa entre paróquias urbanas e rurais da mesma área, ainda para o Antigo Regime³. Nos anos noventa, utilizando a tecnologia informática, publica-se pela primeira vez uma monografia baseada na reconstituição de três paróquias, cobrindo os três últimos séculos, cruzando

1. M. N. Amorim, *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.

2. M. N. Amorim, *Método de exploração de livros e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Imprensa nacional, 1980 e «S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830», in *Brigantia*, Bragança, 1983-84

3. M. N. Amorim, *Guimarães de 1580 a 1929. Estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987.

já na «base de dados» não só a informação dos registos paroquiais, mas róis de confessados e registos de passaportes⁴.

Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de Famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nela pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido. No fim da operação dispomos de dois ficheiros, um de famílias e outro de indivíduos, estes ligados por código à família de origem e à/s família/s eventualmente constituída/s. As fichas biográficas são facilmente abertas ao cruzamento de fontes, com dados quantitativos ou qualitativos, e a explorações multidisciplinares, podendo atingir-se diferentes níveis de apuramento de resultados em várias direcções de investigação.

A articulação dos dados de uma paróquia reconstituída com as listas de habitantes que têm vindo a ser exploradas pelos investigadores na linha do *Cambridge Group* e que integramos na segunda vertente da *abordagem demográfica*, aparece-nos como um passo óbvio para uma visão mais conseguida da família na história, tanto mais que esta vertente atingiu já algum significado na produção bibliográfica nacional. De facto, também em Portugal, o estudo do grupo doméstico, com base nos róis de confessados ou nos registos das Companhias de Ordenanças, tem vindo a suscitar, desde o início dos anos 80, interesses pluridisciplinares. Desde o trabalho de Robert Rowland de 1981, baseados naqueles últimos documentos, em que se faz uma aplicação adaptada da tipologia de Cambridge, e de Brian O'Neill (1981) utilizando róis de confessados, outros trabalhos foram surgindo quase sempre recorrendo a estes últimos documentos (Amorim, 1983; Nunes, 1986; Rodrigues, 1986; Pereira, 1986, 1996; Mota, 1988, Bastos, 1988, Silva, 1993, entre outros). A abordagem transversal típica destes trabalhos tem ilustrado de forma muito interessante os ambientes domésticos em várias zonas do país e em vários contextos históricos. De facto, explorados isoladamente, cada um desses documentos pode dar-nos, sobre as unidades familiares, uma informação mais imediata e com contornos mais definidos do que aquela que a *reconstituição de famílias* nos permite. Pela reconstituição de famílias temos acesso à família biológica mas temos maiores dificuldades em saber se, nas suas vivências diárias, as gerações se aproximam ou desarticulam, se os jovens saem do ambiente familiar para o casamento ou antes para o trabalho, qual o nível de atracção de «domésticos» por parte de certos grupos sociais. Os róis de confessados podem dar-nos em cada ano essas e outras informações apenas disponíveis nos censos gerais, embora muitas vezes só no século XIX avançado se possa dispor de dados demográficos fundamentais, como seja a idade dos registados. O estudo sequencial de listas de residentes poderia permitir-nos apreender as dinâmicas familiares e, se há rigor no arrolamento de todos os residentes de todas as

4. M. N. Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico. 1680-1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992.

idades, chegar mesmo à reconstituição de famílias, como Maria Luíza Marcílio logrou fazer para S. Paulo, no Brasil (1986). No entanto, os róis de confessados portugueses quando se apresentam disponíveis não reúnem em geral essas vantagens. Por outro lado, não está a ser seguida uma política concertada que cuide da sua preservação e depende muito do acaso a sua eventual utilização pelos investigadores.

Se cruzados com as *paróquias reconstituídas*, os róis de confessados ou outras listas de residentes podem permitir a ultrapassagem de vários tipos de deficiências, próprias ou dos registos paroquiais, e um grande passo em frente na construção da história da família e da história social.

Defendemos assim que reconstituir famílias ou paróquias ou explorar listas de residentes e quedar-se nesse nível não são opções de *escola*. Reflectem apenas a *tiranía* das fontes e das metodologias específicas, tirania essa que a maturidade científica irá permitir ultrapassar. Para articulação de fontes, o problema é antes de mais metodológico. Haverá que respeitar uma hierarquia e essa será, a meu ver, a dos elos biológicos primários que a reconstituição de famílias nos traz, para se poder identificar os respectivos agregados domésticos nas listas de residentes, com as estruturas familiares decorrentes dos constrangimentos sociais.

Falando da *abordagem demográfica* na história da família em Portugal referi-me essencialmente ao trabalho micro-analítico de historiador que se debruça sobre toda uma comunidade, sem privilegiar certos grupos sociais ou determinadas famílias e que extrai do seu estudo os comportamentos médios. Essa é de facto uma primeira etapa que se prossegue pela análise diferencial de comportamentos.

Embora nem sempre seja fácil identificar os vários grupos sociais nos registos vitais ou nos róis de confessados, encontramos geralmente nos registos de óbitos uma série de referências que nos podem elucidar sobre a posse ou ausência de bens por parte dos defuntos familiarmente responsáveis ou das famílias dos defuntos dependentes. De facto, na generalidade dos registos de óbitos portugueses podem surgir, para cada falecido, indicações sobre a mortalha, enterramento e/ou local de sepultura, sobre existência ou não de testamento, sobre a «oferta» ou «oferenda», sobre o tipo e volume dos sufrágios e essas indicações poderão perspectivar-nos a diferenciação social na comunidade em que o indivíduo se insere. Com base em famílias reconstituídas ou paróquias reconstituídas, privilegiando a observação longitudinal de longa duração, algumas observações já foram feitas sobre comportamentos demográficos diferenciais (Amorim, 1987:112-115 e 220-223; 1992 a):92-95 e 153-156; 1993). As estratégias matrimoniais para conservar ou valorizar o estatuto de nascimento são detectáveis nos grupos sociais mais favorecidos em que a data do primeiro casamento se vê protelada e o celibato definitivo ou a vida religiosa se apresentam como fortes alternativas. À luz dessas primeiras observações é de aceitar ainda que a fecundidade dos mais pobres em período de Antigo Regime se veja reduzida em relação aos mais abastados. No entanto, em período

de transição demográfica, são estes últimos que mais cedo denunciam práticas de controlo de natalidade.

Outro tipo de abordagem que coloca «as diferenças sociais como centro de inquérito» é assumida por autores como Álvaro Ferreira da Silva (1993) e tem sido ensaiada para períodos não seculares ou simples observação transversal, com base em listas de residentes ou usando o cruzamento de fontes (Nunes, 1986; Cascão, 1986; Pereira, 1986, 1993, 1996, entre outros). Entre os antropólogos, aparece frequentemente, como centro de interesse, o estudo de comportamentos demográficos diferenciais e alguns esforços por penetrar no tempo histórico devem ser realçados (O'Neill, 1984; Brettell, 1991).

Num processo de aprofundamento de comportamentos demográficos que passa pela reconstituição de famílias/paróquias, pelo levantamento das diferenças entre grupos sociais, a exploração de genealogias é o caminho que se indica a seguir e certamente o mais frutuoso em termos de história da família (Dupâquier, 1984). Percorrido antes de mais para as famílias de elite (Monteiro, 1987 e 1993; Macedo, 1992), pode hoje perfeitamente seguir-se também para os não privilegiados. De facto a metodologia de reconstituição de paróquias assenta na genealogia descendente e, à medida que as bases de dados se forem alargando geograficamente, estará facilitado o seguimento da história da família, de geração em geração, no tempo longo. Aqui também o interesse do investigador poderá quedar-se nos comportamentos biodemográficos ou abranger a reprodução social. Resulta muito interessante verificar que certas famílias transmitem aos seus descendentes, ao longo de gerações sucessivas, uma maior capacidade reprodutiva e de sobrevivência, claras tendências migratórias, sem falar na especificidade de comportamentos no plano da nupcialidade (Amorim, 1990; Abade, 1992).

Continuando a aceitar a síntese de Anderson, se considerarmos a *abordagem dos sentimentos* em história da família, não encontramos na actual historiografia portuguesa um claro reflexo das grandes obras que singularizam esta abordagem (Ariès, 1988; Shorter, 1977; Flandrin, 1979, principalmente). No entanto, mesmo na ausência de grandes sínteses, não deixamos de encontrar, entre os historiadores portugueses contemporâneos, trabalhos que abordam de forma directa ou indirecta a intimidade familiar e principalmente as suas rupturas, a ilegitimidade, o abandono de crianças, a morte. É certo que grande parte da visão que hoje temos em Portugal sobre essa *intimidade familiar* decorre naturalmente da *abordagem demográfica* ou da *abordagem da economia doméstica* desenvolvida especialmente por antropólogos.

Todas as monografias baseadas em reconstituição de famílias/paróquias tratam o problema da ilegitimidade em longa duração e o fenómeno do abandono das crianças, sem que os autores nos seus textos se mostrem indiferentes aos *sentimentos* que ressaltam da documentação. De facto, o fenómeno da ilegitimidade é um fenómeno que em Portugal adquire contornos muito particulares. A geografia do comportamento está muito longe de se encontrar definida para períodos de Antigo Regime. Já sabemos que no Baixo Minho, mesmo

no mundo rural, mais de 12% dos nascidos podia não o ser em família legítima, chegando a atingir-se pontualmente percentagens superiores a 30%. Os trabalhos sobre Trás-os-Montes e principalmente os trabalhos em curso sobre outras zonas do país mostram quadros bem diferenciados o que atrai naturalmente a curiosidade dos investigadores. O problema da ilegitimidade no Baixo Minho terá sido estrutural, decorrente de uma emigração diferencial que se afunda nos séculos? Por outras palavras, encontraremos a principal resposta a esse problema na própria demografia ou devemos aceitar prioritariamente outras justificações, como a pobreza das famílias de assalariados, o sistema do *berdeiro privilegiado* ou a desprotecção da trabalhadora desenraizada? Qual o papel da doutrinação da Igreja pós-tridentina no evoluir da situação? O avolumar dos enjeitados no último quartel do século XVIII e no meio século seguinte, deve-se essencialmente a causas demográficas (incremento da fecundidade e abaixamento da mortalidade infantil), ou antes à pobreza das famílias ou à sedimentação da noção de *honra* entre os valores burgueses? Entre os historiadores sente-se hoje a exigência de avançar para estudos integrados, em longa duração, que joguem com fontes quantitativas e qualitativas⁵, para tratar o fenómeno da ilegitimidade e do abandono, usando apropriados recursos metodológicos (Sá, 1987; 1992; 1993). Por outro lado, o estudo do problema da ilegitimidade não tem deixado de decorrer das abordagens antropológicas sobre comunidades portuguesas (O'Neill, 1985; Bretell, 1991, Neves, 1996).

Tanto entre antropólogos como historiadores, os cenários que enquadram a morte e os *sentimentos* que a mesma desencadeia vem merecendo atenção especial (Feijó e outros (org.), 1985; Cabral, 1989: 241-164; Amorim, 1983).

A par dos *subsídios* que a demografia histórica e a antropologia vêm trazendo para a *abordagem dos sentimentos* em história da família, encontramos títulos que denunciam um crescente interesse por esta abordagem (Hespanha, 1993) e mais especificamente pela posição da mulher no ambiente familiar. De facto, as alterações institucionais do século passado respeitantes ao casamento e ao divórcio provocaram em Portugal amplos debates, que se reflectem em vasta bibliografia sobre as relações conjugais e sobre a mulher no período de *transição*, bibliografia que a historiografia actual não despreza (Catroga, 1986; Cascão, 1986; Serrão, 1987; Ferreira, 1993, Silva e Vicente, s/d., entre outros)⁶.

Explorando importante acervo documental, testamentos, dotes, doações, inventários orfanológicos, escrituras de partilhas e outras fontes notariais ou

5. Dado o sigilo que rodeia o fenómeno e a centralização dos enjeitados nas *rodas*, torna-se muito difícil relacionar o volume desses enjeitados com uma população determinada. Na tentativa de estabelecer essa relação estamos a desenvolver um ensaio em ilhas dos Açores.

6. Uma iniciativa como o Colóquio sobre *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais* (1986) não deixou de estimular produção científica nesta vertente. No III Congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica) realizado na Universidade do Minho em 1993, na sessão dedicada a *Mulheres, Trabalho e Reprodução* e, embora de forma menos directa, nas sessões dedicadas à micro-análise demográfica ou à ilegitimidade e abandono de crianças, aspectos culturais em história da família foram igualmente abordados.

usando a *observação* dos antropólogos, a investigação portuguesa actual avança de forma interessante, para os três últimos séculos, na abordagem da *economia doméstica* em história da família. Considerando os diversos tipos de propriedade agrícola, do minifúndio ao latifúndio, analisam-se as estratégias de herança adoptadas, jogando com os enquadramentos institucionais (Silva, 1976, 1981; Cutileiro, 1977; Durães, 1987, 1995; Geraldés, 1987; Brandão, 1988; Cabral, 1989; Castanheira, 1989; Sobral, 1993, entre outros).

Venho entendendo há algum tempo como um imperativo de defesa e valorização de património a organização em *bases de dados* da informação dos registos (disponíveis) de nascimentos, casamentos e óbitos para todas as paróquias portuguesas, *bases* essas que ficarão abertas ao cruzamento com outra informação nominal de tipo serial ou outro. Acredito mesmo que essa tarefa se desencadeou já neste momento. Para um cientista social não restam dúvidas sobre a importância básica da identificação dos membros das nossas comunidades em cadeia genealógica de largo espectro. Por outro lado, o interesse pela história local e concretamente pelas genealogias está a tocar o homem comum e reflecte-se na administração autárquica. É de admitir que essa convergência de interesses funcione cada vez mais em benefício do lançamento de uma nova história social e de uma nova história da família do século XVI ao XX.

2. RECONSTITUIÇÃO DE PARÓQUIAS E ESTUDOS DE FAMÍLIA. ALGUNS EXEMPLOS.

Apesar do volume de informação sobre família se intensificar do século XVIII para o XIX, a informação básica dos registos paroquiais, cruzada ou não com outro tipo de fontes disponíveis, pode permitir avanços significativos da investigação em períodos anteriores. Ao reconstituir a paróquia minhota de Santa Eulália Antiga de Fafe, cruzando fichas biográficas com documentação sobre *devassas* trazida a lume por Franquelim Neiva Soares⁷, foi possível ter uma perspectiva das vivências familiares no ano de 1660.

1º EXEMPLO - SOBRE O SÉCULO XVII

Trabalhar sobre o século XVII pode ser, para o historiador demógrafo, ao mesmo tempo fascinante e frustrante. Fascínio do desconhecido, frustração pelo subregisto, pelas lacunas, pela deterioração das fontes. De facto, em termos de História da População, a segunda metade do século XVI e todo o século XVII apresenta-se como um período nebuloso. Admite-se que, à semelhança de

7. «Visitações de Monte Longo e Terras de Guimarães. Sociedade, Criminalidade em Santa Eulália Antiga de Fafe (1548-1831)», in *Fafe. 1.as Jornadas de História Local*, Câmara Municipal de Fafe, 1996.

outros países europeus, Portugal tivesse visto crescer a sua população durante quase todo o século XVI, assistindo-se no final do século a crises de mortalidade gravosas, capazes de inverter a tendência. Só no século XVIII a população voltaria a crescer em ritmo confortável. Não temos, no entanto, bases seguras para entender que é este um quadro demográfico generalizável ao país. Não havendo numeramentos ou censos que cubram o território entre o numeramento de D. João III de 1527-32 e a *Corographia* do Padre Carvalho da Costa dos finais do século XVII, princípios do XVIII, resta-nos o recurso à informação que os dados da Demografia Histórica pacientemente recolhidos por cruzamento de fontes paroquiais nos podem vir a dar. Trata-se de um desafio particularmente difícil antes do último quartel do século XVII. Como demógrafos, hesitaríamos em consumir muito tempo na identificação de indivíduos a partir de escassas referências, sabendo que não seria possível calcular depois, para o período, com segurança, os indicadores demográficos exigíveis. No entanto, como historiadores e, particularmente como historiadores da família, a hesitação é bem menor. Um trabalho de pura curiosidade científica, sem contabilizar a rentabilidade, ainda é hoje, felizmente, apanágio dos historiadores, pelo menos de alguns deles. Acompanhar a história reprodutiva de um casal, em período de subregisto, conhecendo-se alguns dos filhos apenas ao casamento ou ao óbito, pode não nos permitir calcular com rigor taxas de fecundidade legítima, mas poderá permitir um grande leque de outras observações sobre um período muito pouco conhecido.

Foi muito difícil trabalhar os registos paroquiais de Santa Eulália Antiga de Fafe anteriores ao século XVIII. O subregisto é manifesto em alguns períodos, o tempo e os acidentes danificaram as bordas de algumas folhas dos livros, a deficiência dos materiais e as tintas apagadas dificultaram ou impediram a leitura. Nem todos os párocos possuíam a ilustração desejada e a sua escrita apresentou-se por vezes difícil, com muitas abreviaturas e deficiente identificação dos intervenientes aos actos. As dificuldades encontradas levaram-me a desenvolver a investigação pelas décadas seguintes do século XVIII, aprofundando depois as vivências de cada família, de cada indivíduo, pela documentação disponível. Informação importante foi a decorrente das visitas e devassas, pela qual acompanhámos os casos de filiação ilegítima, identificando facilmente as mães solteiras pela filiação e naturalidade e bem assim os seus parceiros, uns e outros dificilmente identificáveis pelos registos de baptismo.

Decidimos situar-nos no início do ano de 1660 e visitar algumas famílias da freguesia, espalhadas por diferentes lugares da mesma.

Sabemos pela documentação, que Santa Eulália Antiga de Fafe, hoje cidade de Fafe, arredores de Guimarães, era, antes do século XVIII, uma paróquia com população predominantemente ligada ao trabalho da terra ou à moagem dos grãos. O lugar de **Fafe** era praticamente o único lugar da freguesia onde residiam indivíduos não directamente ligados à agricultura, não restando dúvidas de que, ao lado de algumas famílias estáveis, era o único lugar que reunia condições para acolher população móvel ligada às indústrias, ao comércio e aos serviços.

Na nossa visita por Santa Eulália Antiga no início de 1660, *entrámos* em um ou outro lugar, em escolha aleatória. Tentámos identificar cada uma das pessoas que, supostamente, viveriam então numa residência escolhida. A *reconstituição da paróquia* permitia-nos dispor de ficheiros electrónicos de famílias e de indivíduos em encadeamento genealógico, cruzando depois, entre os anos de 1655 e 1697, a nossa informação nominal com os dados sobre as *visitações* divulgados por Franquelim Neiva Soares. Aqui apresentaremos apenas quatro famílias visitadas nesse percurso⁸.

Entramos primeiro em casa de Pedro de Castro e de Maria Gonçalves, da Aldeia de **Sá**.

Pedro de Castro era natural da freguesia de Antime e casara em 7 de Março de 1630 com Maria Gonçalves, filha de Salvador Francisco (falecido em 3 de Março de 1636) e de outra Maria Gonçalves (falecida em 25 de Maio de 1620), moradores que haviam sido na mesma Aldeia de Sá. Maria Gonçalves, mãe, era, por sua vez, filha de Gaspar Gonçalves e de Ana Pires, que haviam sido também residentes no mesmo lugar. A transmissão da propriedade dera-se nestas duas gerações por via feminina.

Do casamento, em 2 de Fevereiro de 1596, de Salvador Francisco e Maria Gonçalves, conhecemos, pelo baptismo, nove filhos. Dos filhos Salvador, Gonçalo, Gaspar e Maria, baptizados respectivamente em 10 de Novembro de 1596, 1 de Abril de 1602, 26 de Dezembro de 1604 e 4 de Fevereiro de 1607, não temos referência posterior. Domingos, baptizado em 10 de Agosto de 1599, foi padrinho em 1627, sem que o identiquemos posteriormente. Maria Gonçalves, baptizada em 14 de Abril de 1611, casou e ficou na fazenda, como vimos. Catarina Gonçalves, baptizada em 16 de Fevereiro de 1613, morrerá solteira no mesmo lugar, aos 67 anos, em 5 de Outubro de 1680. Helena Francisca, baptizada em 28 de Janeiro de 1616, morrerá também solteira, aos 35 anos, em 28 de Dezembro de 1651. O filho mais novo, Gonçalo Francisco, segundo de nome, baptizado em 16 de Fevereiro de 1620, quando casa, em 2 de Setembro de 1648, sua irmã e seu cunhado seriam certamente os cabeças da família e Gonçalo Francisco foi viver para o lugar de Calvelos, onde deixaria larga descendência.

Conhecemos do casal que vivia em Sá em 1660, Pedro de Castro e Maria Gonçalves seis filhos, mas é possível que tivessem tido mais, se considerarmos os intervalos demasiado alargados entre os nascimentos. O mais velho, Pedro de Castro, baptizado em 8 de Abril de 1631, casou aos 29 anos com uma rapariga de 14 anos, da qual viria a ter onze filhos conhecidos, e ficou a residir em casa do pai. O segundo filho, baptizado em 25 de Junho de 1634, Salvador de Castro, era clérigo de Epístola, quando faleceu, aos 24 anos, em 5 de Maio de 1659. Outra filha, Eulália, baptizada em 10 de Novembro de 1667 faleceu solteira também aos 24 anos, em 16 de Janeiro de 1667. Dos filhos

8. Veja-se o meu trabalho «Uma visita a Santa Eulália Antiga de Fafe no início de 1660», *Dom Fafes*, nº 3, 1996, pp: 7 a 29.

Domingos, Jerónima e Roque, batizados, respectivamente, em 4 de Dezembro de 1635, 23 de Janeiro de 1648 e 4 de Novembro de 1651, não temos notícia posterior.

Depreendemos que, em 1660, além de Pedro de Castro e Maria Gonçalves e filhos sobreviventes à infância, residiria também na mesma casa uma irmã da mulher, Catarina Gonçalves, filha sobrevivente dos anteriores proprietários.

Pelo volume de sufrágios referidos nos assentos de óbito, a seguir os *usos* da paróquia, admitimos ser esta uma família de pequenos proprietários. Se passássemos por diferentes casas de outros pequenos proprietários, iríamos chegando à conclusão de que, em cada caso, mesmo que a descendência se alargasse na sequência de um ou sucessivos casamentos, apenas um/a filho/a teria possibilidade de casar em casa. Não sendo sempre possível o casamento para outro lugar ou para outra freguesia, o celibato definitivo acontecia, mormente no sexo feminino. Para o sexo masculino, admitimos que a emigração se apresentasse como alternativa mais frequente.

Poderíamos reparar também que são pouco frequentes as ligações fora do casamento das filhas dos pequenos ou médios proprietários.

* * *

No **Assento** residiriam, no início de 1660, duas famílias complexas, com vários núcleos conjugais, com avós e tios, embora não possamos saber se restringidas a duas residências. Eram famílias pobres, alguns dos seus elementos eram mesmo muito pobres, segundo indicação dos respectivos registos de óbitos.

A primeira família que visitamos era constituída pelos descendentes de Manuel Lopes e de Catarina Lourenço, casados em 20 de Agosto de 1617. Catarina Lourenço faleceu em 1646 e o marido faleceu em data posterior, sem assento conhecido. Conhecemos o baptismo de seis filhos deste casal.

A filha mais velha, Isabel Lopes, nascida em 1 de Julho de 1618, tivera uma filha, em solteira, de Pedro Simões, este natural da paróquia de Estorãos. Isabel Lopes viria a casar com Francisco de Freitas, do qual não lhe conhecemos filhos. Era já viuva em 1660, vivendo no Assento em 1660 com a filha referida, Catarina Simões, que casara em 13 de Janeiro de 1655 com António Ribeiro, também natural de Estorãos. Isabel Lopes viria a falecer em 12 de Dezembro de 1662, aos 44 anos.

Este casal, António Ribeiro e Catarina Simões, tinha uma vida pouco regular. É de admitir que tivessem períodos de ausência, possivelmente em Estorãos. Deles apenas conhecemos duas filhas, nascidas depois de 1670, quinze anos depois do casamento. António Ribeiro foi denunciado na *visita* de 1662 como andando amancebado com Maria Brás, solteira, do lugar de Rio de Pardelhas, de quem teria um filho. Catarina Simões viria a falecer em 15 de Janeiro de 1679. Seu marido voltou a casar em 15 de Dezembro de 1689, com

uma mulher de 26 anos e ainda teve quatro filhos antes da sua morte, em 13 de Junho de 1714. A filha mais velha que se conhece do casal António Ribeiro e Catarina Simões viria a falecer aos 30 anos, no estado de solteira, e a segunda filha casaria aos 16 anos, no mesmo dia do casamento do pai, com um irmão da madrasta, passando a residir no lugar de Sá.

A segunda filha de Manuel Lopes e Catarina Lourenço, de nome Maria Lopes, nascida em 22 de Dezembro de 1620, registou quatro filhos ilegítimos de um homem casado, Roque de Sampaio, do lugar de Calvelos, segundo denúncia nas *visitas* de 1655, 1656 e 1657. Maria Lopes tinha 31 anos quando baptizou o seu primeiro filho conhecido e 38 anos ao nascimento do último, em 10 de Novembro de 1659. Vivia no Assento à sua morte em 5 de Fevereiro de 1692, aos 71 anos. Não identificamos ao casamento ou ao óbito nenhum dos filhos que baptizou em Santa Eulália.

A terceira filha de Manuel Lopes e Catarina Lourenço, Catarina Lopes, nascida em 12 de Setembro de 1623, ausentou-se do Assento em 1648, por altura do seu casamento, aos 25 anos, com António Fernandes, do lugar da Ponte da Ranha.

O quarto filho, João Lopes, nascido em Junho de 1625, foi denunciado nas *visitas* de 1655 e 1656, por andar amancebado, sem se receber, com uma rapariga solteira, de quem já teria um filho. Viria a casar em 2 de Março de 1669 com outra mulher, esta da paróquia de Santa Maria de Ribeiros e residiram no Assento.

Do quinto filho, André, nascido em 30 de Novembro de 1627, não sabemos mais notícia. Poderá ter falecido na infância ou saído da paróquia.

A filha mais nova, Ângela Lopes, vivia também no Assento em 1660. Casada com Pedro Jordão, natural da paróquia de S. Romão de Arões, em 24 de Agosto de 1654, quando contava 23 anos de idade, tinha registado até 1660 três filhos, não necessariamente sobreviventes, na medida em que não temos deles conhecimento posterior.

Assim, em 1660, desta família e possivelmente na mesma residência, poderíamos encontrar um irmão e três irmãs, duas delas com descendentes. A primeira viúva, com uma filha que tivera antes de casamento, já casada em casa. A segunda solteira, com vários filhos. A última casada, com um marido infiel. Ao irmão solteiro eram também apontados *desvios*.

A outra família alargada residente no Assento em 1660, tem origem no casamento de Gonçalo Fernandes e Eulália Fernandes, casamento realizado em 1588, do qual conhecemos cinco filhos pelo registo de baptismo, dois identificados pelo casamento e uma outra filha pelo óbito.

Três desses filhos, que faleceram solteiros no Assento depois de 1660 eram muito pobres, conforme foi indicado pelo pároco nos respectivos assentos de óbito. Catarina Fernandes, baptizada em Outubro de 1595, morreu solteira em 13 de Setembro de 1668 e era muito pobre. O seu irmão Gonçalo, baptizado em 15 de Julho de 1604, faleceu também solteiro em 9 de Setembro de 1670, também muito pobre. É de admitir que Maria Fernandes, do Assento, só con-

hecida pelo registo de óbito, em 5 de Novembro de 1661, muito pobre, fosse igualmente filha de Gonçalo Fernandes, dado o subregisto nos assentos de baptizado de filhos nesta família. De Francisco e Senhorinha, baptizados respectivamente em Junho de 1599 e Agosto de 1615, não temos informação posterior. Conhecemos uma outra filha, Eulália Fernandes, casada em 15 de Setembro de 1617, com André Ribeiro, moradora no Assento, que faleceu viuva, sem filhos, em 11 de Fevereiro de 1668 e era pobre.

Um outro filho, Gaspar Fernandes, conhecido pelo casamento, em 25 de Outubro de 1637, com Catarina Álvares, faleceu em 4 de Dezembro de 1646. Sua mulher, Catarina Álvares, quarto filho conhecido de Gonçalo Álvares, o Carrasco, e de Ana Álvares, do lugar de Pardelhas, nascera em 19 de Julho de 1615. Em Março de 1637 haviam registado um filho natural. Tiveram dentro do casamento mais duas filhas conhecidas, contando a mais nova apenas cinco meses de idade à morte do pai. É de admitir que tivessem ainda outros filhos não registados, tendo em conta os nove anos de casamento.

A viúva, Catarina Álvares, em 29 de Setembro de 1647, nove meses depois da morte do marido, com a idade de 32 anos, voltou a casar com Francisco Gonçalves, natural da paróquia de Guinchães, do qual teve quatro filhos conhecidos, o último dos quais quando contava quarenta e dois anos de idade.

Acompanhando os filhos de Catarina Álvares, a filha mais velha, Maria Fernandes, nascida antes do primeiro casamento, viria a casar em 1 de Março desse mesmo ano de 1660, aos 23 anos, com António Reimão, do lugar de Calvelos, de 24 anos. Passaram a residir no mesmo lugar do Assento até à morte de ambos.

Outra filha do primeiro casamento, Catarina Álvares, com o mesmo nome da mãe, da qual não conhecemos registo de baptismo, nascida necessariamente em 1645 ou em data anterior, casou em 4 de Maio de 1677, com António Ferreira, viuvo, natural de S. Lourenço de Golães. Residiam no Assento quando a sua primeira filha foi baptizada, em 24 de Agosto de 1678. Ausentaram-se posteriormente.

A última filha conhecida do primeiro casamento de Catarina Álvares, nascida em 26 de Junho de 1646, não chegou a casar, mas viria a registar sete filhos ilegítimos. Amancebada com o Padre António Nogueira, da freguesia de Medelo, tinha filhos com o intervalo normal de uma mulher em convivência marital. O seu primeiro filho conhecido foi registado em 11 de Julho de 1667, quando contava 30 anos de idade. Admitimos que os quatro filhos que registou a seguir, até 24 de Maio de 1679, fossem todos filhos do mesmo homem, com quem foi denunciada em *visitas* de 1667; 1670; 1671 e 1672. A partir de 1690 é-lhe atribuído outro amante, Francisco Pinto, almocreve, casado, de quem teria a sua filha mais nova, nascida em 1 de Maio de 1689, quando Apolónia Fernandes já contava 42 anos. Sofrerá denúncias posteriormente, com o mesmo homem, até à visita de 1697. À sua morte, em 30 de Dezembro de 1726, deixou como herdeira apenas uma filha e teve recursos suficientes para mandar dizer 60 missas gerais em altar privilegiado.

Em relação ao segundo casamento de Catarina Álvares, da primeira filha, baptizada em 25 de Março de 1648, cinco meses depois do casamento dos pais, chamada Ângela, não temos mais notícia. Um filho Álvaro, chamado depois Álvaro Gonçalves, nascido em 10 de Julho de 1652, casou aos 20 anos, com Luzia Fernandes, do lugar da Ponte da Ranha, para onde foi viver, vindo a falecer aos 39 anos. A filha Eulália, baptizada em 3 de Março de 1658, faleceu aos 25 anos, solteira. Outra filha, da qual não conhecemos registo de baptismo, Isabel Francisca, casou em 11 de Maio de 1670 com Pedro Fernandes, da freguesia de Guinchães, para onde deve ter ido residir.

Assim, ao visitar esta família em 1660, é de admitir que encontrássemos três cunhados solteiros de Catarina Álvares, irmãos do seu primeiro marido, a própria Catarina Álvares, que viria a falecer a 13 de Maio de 1700, o segundo marido, que viria a falecer em 13 de Setembro de 1685, três filhas do primeiro matrimónio e três filhas e um filho do segundo, num total de doze pessoas.

Nestas que supomos serem apenas duas residências pobres do lugar do Assento, o espaço devia ser exíguo para a integração de núcleos conjugais distintos, de gerações distintas, de mulheres solteiras com maternidades repetidas. Podemos vislumbrar facilmente o que significava ser pobre nesta comunidade.

* * *

Em **Fafe**, o maior lugar da freguesia, começaremos por visitar a casa de um ferreiro, Francisco Pinheiro, casado com Jerónima de Almeida. Não temos conhecimento da origem deste casal. Registaram o seu primeiro filho conhecido, Maria de Almeida, em 18 de Janeiro de 1644. Esta filha viria a casar aos 16 anos, em 7 de Agosto de 1660, vindo a registar dez filhos. A filha Serafina de Almeida, baptizada em 17 de Março de 1646, casou aos 28 anos, com Pedro Gonçalves, também de Fafe e conhecemos-lhe seis filhos. O terceiro filho de Francisco Pinheiro, Inácio Pinheiro, foi baptizado em 28 de Maio de 1648 e viria a ser padre. De uma outra filha, Eulália, baptizada em 14 de Dezembro de 1653, não conhecemos destino posterior.

Francisco Pinheiro faleceu em 29 de Janeiro de 1660 e teve por sua morte os ofícios correntes da freguesia. A sua viúva, falecida em 5 de Março de 1663, teve apenas por sua alma uma missa de S. Pedro, o que poderá significar graves dificuldades nesta família após a morte do seu chefe. Repare-se que falecendo Francisco Pinheiro em Janeiro de 1660, a filha mais velha, de 16 anos, casa em Agosto desse mesmo ano, com outro ferreiro, natural da comarca de Vila Real. Admitimos que se tratasse de aprendiz ou companheiro do próprio pai que viesse, de fora, aprender o ofício. A morte do pai traria dificuldades à família e apressaria o casamento da filha.

Visitamos finalmente uma família de proprietários no mesmo lugar de Fafe. O ancestral conhecido da família que escolhemos, Bartolomeu Nogueira, casara em 3 de Outubro de 1594 com Francisca Pires e faleceu em 26 de Maio de 1642. A sua mulher sobreviveu-lhe até 12 de Outubro de 1659. Francisca Pires à sua morte teve como sufrágios 26 missas e ofício de nove lições, o que evi-

dencia a posse de bens (o mais corrente era um ofício de 3 lições). Conhecemos deste casal seis filhos, três dos quais sobreviveram à infância na paróquia. Isabel Nogueira, conhecida pelo seu casamento em 1628, com António Domingos, da freguesia de Medelo, saiu da freguesia. Catarina Nogueira, baptizada em 27 de Novembro de 1606, faleceu solteira em 6 de Agosto de 1667, no lugar de Fafe, possivelmente em casa do irmão Pedro Nogueira. Catarina Nogueira teve, no dia do seu funeral, um ofício de nove lições com 21 padres, como sufrágios do mês, um ofício de três lições com 25 padres e como sufrágios do ano outro ofício de três lições com 20 padres.

Pedro Nogueira, baptizado em 12 de Outubro de 1598, casou aos 30 anos, em 29 de Janeiro de 1628, com uma mulher de 24, Catarina André, baptizada em 25 de Janeiro de 1604, filha de André Pires e de Catarina André, do lugar de Bouças, estes também proprietários. Desse casamento nasceram dez filhos. Catarina, Bartolomeu e António, baptizados, respectivamente, em 5 de Novembro de 1628, 17 de Outubro de 1629 e 4 de Janeiro de 1632, dos quais não se sabe o destino. Maria Nogueira, baptizada em 15 de Abril de 1634, faleceu solteira aos 46 anos; Catarina Nogueira, baptizada em 7 de Maio de 1685, faleceu igualmente solteira aos 49 anos; De Francisco, baptizado em 16 de Maio de 1638, não temos notícia posterior. Isabel Nogueira, baptizada em 16 de Março de 1640, faleceu solteira aos 76 anos. De Francisco, baptizado em Março de 1642, não sabemos o destino. O único filho que casou na paróquia foi Bartolomeu, segundo de nome, que fora baptizado em 21 de Fevereiro de 1644. Do seu casamento com Jerónima Peixota teve um filho que morreu aos 11 anos. A última filha de Pedro Nogueira, Ana Nogueira, baptizada em 21 de Abril de 1646, faleceu solteira aos 53 anos.

Verificamos assim, nesta família de proprietários mais abastados, apesar do nascimento de dez filhos, que nenhum descendente dos mesmos se encontrará posteriormente em Fafe. As restrições ao casamento foram demasiado apertadas.

* * *

Se procurássemos aspectos mais globais dos comportamentos demográficos para Santa Eulália Antiga de Fafe em 1670, aceitando que a taxa bruta de natalidade se podia colocar à volta dos 30 nascimentos em cada mil habitantes, encontraríamos uma população de cerca de 800 habitantes, partindo de uma situação anterior menos favorecida. Admito, de facto, que a taxa bruta de natalidade não subiria aos 30 em mil, dado o grande volume de celibato que a fecundidade ilegítima e os registos de óbito evidenciam, podendo a população atingir níveis mais elevados.

Os níveis de fecundidade ilegítima são, em Santa Eulália Antiga de Fafe, muito elevados, distribuindo-se entre um valor mais baixo, 12,9% na década de 1610 e o mais elevado, 25%, na década de 1660. Trata-se de um comportamento corrente nesta área, que se distingue profundamente do comportamento de outras zonas do país e que se pode ligar, a par de problemas sociais e cul-

turais, a relações de masculinidade fortemente alteradas pela emigração diferencial. Os rapazes emigravam mais. Parece ser esse o quadro que se depreende do estudo da evolução dos óbitos dos maiores de sete anos (os menores de sete anos, como anjinhos, não eram registados).

Considerando as relações de masculinidade ao óbito encontramos antes de 1670, a espantosa relação de 49 homens em 100 mulheres. Mesmo depois de 1670, quando os registos se tornam fiáveis, o desnível entre os sexos é ainda muito elevado- 56 homens em 100 mulheres. O celibato definitivo no sexo feminino era impressionante.

Sabendo que o mercado matrimonial relegava para o celibato um número muito elevado de mulheres, verificámos que, no conjunto da freguesia, as mulheres que casavam o faziam tardiamente. Em 98 casos observados, para casamentos realizados entre 1640 e 1700, as mulheres casaram em média aos 25,9 anos, idade que poderemos considerar corrente para a zona. Os homens, no mesmo período, diferentemente do que se passava numa vasta área do Minho, casavam mais tarde do que as mulheres, aos 27,8 anos. Se observarmos o comportamento das gerações nascidas entre 1573 e 1650 encontramos valores mais altos, respectivamente, de 26,8 e 30,8, nos sexos feminino e masculino.

Um casamento tardio, uma emigração masculina muito forte com um correspondente celibato definitivo feminino, não foram de molde a suster o aumento de população durante todo o século XVII. Os trabalhos anteriores desenvolvidos pelo nosso grupo de História das Populações da Universidade do Minho sobre o Norte de Portugal e mais concretamente sobre o Vale do Ave levam-nos a pensar que esta zona sofreu durante todo o Antigo Regime de graves dificuldades de equilíbrio entre população e recursos, o que levaria a estratégias matrimoniais restritivas e, principalmente, conduziria a uma mobilidade intensa, predominantemente do sexo masculino. Essas estratégias susteriam a expansão demográfica que uma mortalidade mais suave do que em outras zonas, aliada a taxas de fecundidade relativamente elevadas, era de molde a facilitar.

2º EXEMPLO - SOBRE O SÉCULO XVIII

Neste segundo exemplo usamos os dados decorrentes da reconstituição de famílias em cruzamento com róis de confessados. Trata-se de listas de habitantes obrigados a preceitos quaresmais, organizadas por lugares ou ruas e, dentro destes, por fogos, onde os residentes se nomeiam hierarquicamente. Estas listas cobririam teoricamente o país em período pós-tridentino. Na prática poucas séries contínuas se vão descobrindo nos cartórios paroquiais e, mesmo estas, quase todas posteriores a 1730.

Escolhemos comparar a mobilidade das famílias entre uma das paróquias da freguesia urbana da Oliveira, em Guimarães, e a paróquia rural de Ronfe, do mesmo concelho⁹. Para a Oliveira, dispomos de uma série, mais ou menos

9. Veja-se o meu trabalho «Instabilidade da família urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães», *Ler História*, nº 29, 1995, pp: 5 a 18.

contínua, de róis de confessados que se inicia em 1734; para Ronfe a série correspondente inicia-se em 1739. Para a Oliveira apenas dispomos de um ficheiro manual com as famílias reconstituídas, dispondo, para Ronfe, da paróquia reconstituída.

Tentando avaliar as mudanças de estrutura dos fogos, ao longo dos ciclos familiares, escolhi um rol de confessados que permitisse recuar na série disponível uma geração e seguir depois até à morte a geração em análise. Foi escolhido o rol de 1760, tendo em conta as primeiras listas.

Foi elaborado um novo ficheiro manual (dada a tipologia muito diversificada dos dados em presença que dificultava à partida o tratamento informático) em que cada ficha corresponde a cada um dos fogos registados nesse rol de 1760, com a identificação dos respectivos residentes, seguindo a hierarquia encontrada (do chefe de família aos dependentes, incluindo criados e escravos).

Na freguesia da Oliveira procedeu-se depois à identificação possível das famílias residentes com as famílias reconstituídas pelos nascimentos, casamentos e óbitos. Em Ronfe essa identificação tornou-se naturalmente mais facilitada.

Uma vez estabelecida a identificação, foram passados para as fichas de fogo todos os dados vitais conhecidos respeitantes a cada residente identificado (datas de nascimento, casamento e óbito) e a ficha foi dividida para incluir, em repartições distintas, os nomes e dados vitais dos ascendentes e descendentes directos dos chefes dos fogos que só passaram a ser conhecidos através do cruzamento com as *famílias reconstituídas*.

Posteriormente foram procurados os assentos de óbito de cada indivíduo (de qualquer das repartições da ficha) cuja data era conhecida e anexados os dados eventualmente registados e respeitantes à posse de bens e sua transmissão.

Na realidade o processo de identificação para a freguesia urbana não foi fácil e foi necessário muitas vezes recuar pelos róis anteriores ou prosseguir pelos seguintes para encontrar novos dados que permitissem essa identificação.

Após o cruzamento possível entre as fontes, segui o percurso até ao óbito ou mudança de residência de todas as pessoas arroladas em 1760 (o desaparecimento isolado dos agregados, em determinado ano, de um elemento idoso permitiu encontrar, na série de óbitos, alguns defuntos não identificados pela *reconstituição de famílias*). Depois, recuei pelos róis anteriores até encontrar o primeiro arrolamento dessas mesmas pessoas.

Alguns tratamentos informáticos permitiu-me depois extrair com maior facilidade alguns resultados estatísticos da montagem descrita.

Observei a estrutura das famílias em 1760 na Oliveira e em Ronfe, seguindo a *tipologia de Cambridge*, com as adaptações pertinentes ao caso português¹⁰- ver Quadro.

10. A organização dos róis de confessados em função de fogos e não de residências, ou seja em função dos *cabeças de casal* e não das *casas*, pode dificultar uma avaliação adequada dos agregados familiares *mútiplos*, como também da categoria dos agregados *alargados* e perturbar o resultado. Embora tal procedimento possa nem sempre ser o mais correcto, para este tipo de fontes, nos casos em que a residência se apresentava contígua para indivíduos da mesma família (identificados através da reconstituição da paróquia) admiti a co-residência e alterei a primeira classificação mais imediata das famílias.

Ao compararmos a estrutura das famílias na paróquia rural e na paróquia urbana para o mesmo ano de 1760, notamos em primeiro lugar que a percentagem de *isolados* é maior na Oliveira do que em Ronfe, 28,6% do total dos agregados no primeiro caso e 18,2% no segundo caso. Reparemos que mais de 16% dos fogos da paróquia da Oliveira respeitavam a indivíduos solteiros que viviam sozinhos.

QUADRO 1

ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS
 Comparação entre Oliveira e Ronfe (1760)

Categorias	Classes	OLIVEIRA %	RONFE
1. ISOLADOS	1.a) Viúvo/a	6,9	4,1
	1.b) Solteiro/a	16,5	12,1
	1.c) Casada/o com cônjuge ausente	1,7	2,0
	1.d) Estado desconhecido	3,5	0,0
	TOTAL	28,6	18,2
2. AGREGADO NÃO CONJUGAL	2.a) Irmãos	3,0	3,0
	2.b) Outros parentes	3,4	3,5
	3.c) S/parentesco evidente	3,0	0,0
	TOTAL	9,4	6,5
3. AGREGADO FAMILIAR SIMPLES	3.a) Casal sem filhos	11,1	12,1
	3.b) Casal com filho/s	22,7	31,3
	3.c) Viúvo/a com filho/s	12,1	15,2
	3.d) Casado/a com filho/s (Cônjuge ausente)	1,7	1,0
	3.e) Solteiro/a com filho/a	3,7	7,1
	TOTAL	51,3	66,7
4. AGREGADO FAMILIAR ALARGADO	4.a) Alarg. ascendente	1,5	1,0
	4.b) Alarg. descendente	2,5	2,5
	4.c) Alarg. colateral	5,4	4,1
	4.d) Combinações 4.a)-4.b)	0,0	0,0
	TOTAL	9,4	7,6
5. AGREGADO FAMILIAR MÚLTIPLOS	5.a) Núcleo secundário ascendente	0,5	0,0
	5.b) Núcleo secundário descendente	0,2	1,0
	5.c) Núcleo secundário colateral	0,0	0,0
	5.d) Outras combinações	0,5	0,0
	TOTAL	1,2	1,0
6. ESTRUTURA INDETERMINADA		0,0	0,0
TOTAL GERAL		99,9	100

Uma diferença mais saliente entre o mundo urbano e o mundo rural pode encontrar-se nos *agregados familiares simples*. A percentagem nessa categoria coloca-se, respectivamente, em 51,3% e 66,7%. Repare-se que as classes que mais se distinguem são os casais com filhos e as solteiras com filhos. Admito que a maior sobrevivência aliada à maior estabilidade rural (como se verá posteriormente) favoreça esta situação. As rupturas conjugais seriam menos frequentes e os sobreviventes poderiam acompanhar mais tempo os filhos. Por outro lado, as mães solteiras na zona urbana, não naturais, poderiam, eventualmente, tender à criação dos seus filhos na terra da sua naturalidade.

Agrupámos as seis categorias da tipologia usada em três conjuntos- *isolados+agregados não conjugais* (categoria 1 e 2 da tipologia de Cambridge); *agregados familiares simples* (categoria 3) e *agregados complexos* (categorias 4, 5 e 6) e analisámos a sua distribuição percentual na paróquia urbana conforme o que classificámos de *ruas populares*, de ruas de elite, ou de ruas habitadas por grupos sociais intermédios.

No primeiro caso, o das ruas de residência maioritária da população mais desprotegida, a percentagem de *isolados+agregados não conjugais* era de 39%; os *agregados familiares simples* colocavam-se nos 54% e os *agregados complexos* situavam-se nos 7%.

Numa primeira observação somos levados a deduzir que os desenraizados se deviam acantonar nas ruas periféricas, as mais pobres. No entanto, ao analisarmos as ruas em que residiam maioritariamente estratos médios da sociedade, encontramos uma distribuição, percentual para as categorias 1+2 de 34%; de 55% para a categoria 3 e de 11% para o conjunto das restantes categorias. Aqui também é considerável o peso dos fogos sem convívio entre gerações. Passando depois às ruas em que viviam os mais favorecidos, encontramos 42% de *isolados+agregados não conjugais*, 41% de *agregados familiares simples* e 17% de *agregados complexos*.

O fenómeno da mobilidade aparece-nos assim, à partida, como um fenómeno da máxima importância quando avançamos para o estudo da família urbana. A análise comparativa com a zona rural parece impôr-se.

No sentido de abordar mais directamente o fenómeno da mobilidade da família, classifiquei os agregados domésticos em *estáveis* e *móveis*. O critério seguido para essa classificação foi admitir que a estabilidade suporia, pelo menos, a permanência da família sobrevivente (não de indivíduos isolados) na mesma residência por espaço de uma geração, tendo-se ultrapassado uma ruptura, por morte, relativa à chefia do fogo. Considerei igualmente estável uma família sem filhos que desde o casamento até à morte de ambos os cônjuges permaneceu na mesma residência, embora essa morte se tenha colocado antes de decorridos trinta anos. Para os indivíduos isolados considerei de residência estável aqueles que sobreviveram na casa à desagregação da família ou que, passados trinta anos de residência conhecida, aí vieram a falecer.

Dos fogos arrolados em 1760 na paróquia da Oliveira, apenas 23% tiveram comportamentos que classifiquei de estabilidade, enquanto na paróquia

de Ronfe as famílias estáveis atingiam os 67%. Trata-se de um comportamento bem distinto e que chama claramente a atenção para as dificuldades relativas da família urbana de Antigo Regime.

Se distinguirmos as ruas *populares* na paróquia urbana, notamos que a percentagem de famílias estáveis não ultrapassa os 17%, enquanto nas ruas de maior prestígio a percentagem atingia os 32%. Em posição intermédia se colocavam as ruas de pequena e média burguesia com uma percentagem de famílias estáveis à volta de 25%.

Considerando depois a média de anos de residência dentro de cada zona para as famílias móveis, achamos uma média de 8,5 anos nas ruas populares, com 50% de estadias menores de cinco anos; Nas ruas principais a média de residência das famílias móveis vai para 14,2 anos, com apenas 27% das famílias residindo menos de cinco anos na mesma casa. Nas ruas em que viviam predominantemente os estratos médios da população encontramos 10,8 anos como média de residência e 40% de casos em que essa residência não chegou a atingir os cinco anos.

Confirma-se assim que as famílias urbanas mais pobres eram também as mais desenraizadas.

* * *

Como resultado da análise demográfica, podemos descobrir que no mundo urbano se casava mais cedo do que no mundo rural, que o celibato definitivo era mais frequente, que a percentagem de concepções pré-nupciais era menor. Podemos descobrir ainda que as taxas de fecundidade legítima eram mais elevadas, sem grande efeito em termos de descendência, dada a ruptura mais precoce das uniões afectadas por uma *esperança de vida* mais reduzida em idades adultas. Tais diversidades colocam-nos uma problemática à qual a Demografia Histórica não dá necessariamente respostas. Deve prosseguir-se, através dela, para outros níveis nos quais se posicionam a História da Família e, mais geralmente, a História Social.

BIBLIOGRAFÍA

- ABADE, Augusto (1992), *A população inexistente. Estrutura demográfica e genética da população da Lombada, Bragança*, Universidade de Coimbra, tese de doutoramento, policopiada.
- ALVES, Jorge Fernandes (1986), *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave- S. Tiago de Bougado, 1680-1849 (estudo demográfico)*, Porto, Faculdade de Letras, tese de mestrado, policopiada.
- AMORIM, M. Norberta (1982), *Os homens e a morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos*, Guimarães, ed. autor.
- AMORIM, M. Norberta (1983), *Exploração de róis de confessados duma paróquia de Guimarães*, Guimarães, ed. autor.
- AMORIM, M. Norberta (1987), *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, INIC.
- AMORIM, M. Norberta (1990), «A família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980)», *Cadernos do Noroeste*, Vol 3, números 1 e 2, Universidade do Minho.
- AMORIM, M. Norberta (1991) *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- AMORIM, M. Norberta (1992 b), «Reconstituição de paróquias e estudo das migrações internas. O caso de uma paróquia minhota no Antigo Regime», *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), pp. 125-140.
- AMORIM, M. Norberta (1992), *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- AMORIM, M. Norberta (1993), «Nupcialidade e fecundidade diferenciais. evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores), *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XI-2, pp. 55-74.
- AMORIM, Maria Norberta, «Perspectivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no estudo das populações», *Cadernos do Noroeste*, Vol. 3, números 1 e 2, Universidade do Minho, Braga, 1990.
- AMORIM, Maria Norberta, «A História da Família em Portugal. Uma história em marcha», *Ler História*, 29, 1995.
- AMORIM, Maria Norberta, «Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães», *Ler História*, 29, 1995.
- AMORIM, Maria Norberta, Uma visitat a Santa Eulália Antiga de Fafe no início de 1660», *Dom Fafes*, nº 3, 1996.
- ANDERSON, Michael (1984), *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Querco.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (1992), *O Pico de Regalados e a sua população. 1555-1979*, Universidade do Minho, tese de mestrado, policopiada.
- AREIA, Manuel Laranjeira R. (1986), «Studies on Biodemography in Portugal», *Antropologia Portuguesa*, 4/5: 7-12.
- ARIÈS, Philippe (1988), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.
- BASTOS, Cristiana (1988), «The northeastern Algarve and the southern Iberia family pattern», *Journal of Family History*, nº 1, pp. 111-122.
- BRANDÃO, Maria de Fátima (1985), «Práticas de herança no Concelho de Vieira do Minho (1870-1930)», in *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et réalité*, Paris, F. C. Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais.

- BRANDÃO, Maria de Fátima (1988), *Land, Inheritance and Family in Northwestern Portugal: the case of Mosteiro in the Nineteenth Century*, Universidade de East Anglia, tese de doutoramento, policopiada.
- BRANDÃO, Maria de Fátima (1991), «O mercado na comunidade rural: Propriedade, herança e família no Norte de Portugal, 1800-1900», *Análise Social*, vol. XXVI, pp. 613-628.
- BRETTEL, Caroline (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam- consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- BRETTEL, Caroline e KERTZER, David (1991), «Advances in Italian and Iberian Family History», *Journal of Family History*, 12, pp. 87-120.
- CABRAL, João de Pina (1984), «Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural», *Análise Social*, 81-82, pp. 263-284.
- CABRAL, João de Pina (1989), *Filhos de Adão, filhas de Eva - a visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CABRAL, João de Pina (1991), *Os contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- CABRAL, João de Pina e outros (1987), «A Casa do noroeste - um encontro pluridisciplinar», *Análise Social*, nº 95, pp. 151-163.
- CASCÃO, Rui (1986), «Demografia e sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX», *Revista de História Económica e Social*, 15, pp. 83-122.
- CASCÃO, Rui (1986), «Família e Divórcio na Primeira República» in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas de Colóquio, Faculdade de Letras de Coimbra, vol I, pp. 153-169.
- CASCÃO, Rui (1989), *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dissertação de doutoramento (dactilografada)
- CASTANHEIRA, António Manuel (1989), *Transmissão do património e reprodução social. A devolução dos bens e a preservação das Casas de lavoura de Salto, no Barroso*, Universidade Nova de Lisboa, tese de mestrado, policopiada.
- CATROGA, Fernando (1986), «A Laicização do Casamento e o Feminismo Republicano», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas de Colóquio, Faculdade de Letras de Coimbra, vol I, pp. 135-152.
- CHACÓN JIMÉNEZ, F. (1987), «La familia española: una historia por hacer», in *La Familia en la España Mediterránea (Siglos XV-XIX)*, Centre d'Estudis d'Historia Moderna Pierre Vilar, Barcelona, Crítica, pp. 13-35.
- COSTA, Fernando Marques da (1986), «Mulheres, Elites e Igualitarismo na 1ª República», *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, in Actas de Colóquio, Faculdade de Letras de Coimbra, vol I, pp. 369-383.
- COSTA, Francisco, B. da (1994), *S. João Baptista de Canelas. Uma comunidade rural da Terra de Santa Maria. Estudo demográfico, 1588-1808*, Vila Nova de Gaia, Afonsoeiro, edições.
- CUNHA, Manuela (1986), *L'abandon d'enfants au Portugal: une vision diachronique de l'évolution des institutions et de la législation suivie d'un étude de cas de la ville de Guimarães*, Paris, Universidade de Paris IV (mémoire de D.E.A).
- DUBERT GARCÍA, Isidro (1987), *Los comportamientos de la familia urbana en la Galicia del Antiguo Régimen. El ejemplo de Santiago de Compostela en el siglo XVIII*, Universidade de Santiago de Compostela.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984) «Demografia Histórica e História Social», in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes.

- DURÃES, Margarida (1986), «Condição feminina e repartição da património: a camponesa minhota - séculos XVIII-XIX», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DURÃES, Margarida (1987), «A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário - séculos XVIII e XIX», *Cadernos do Noroeste*, vol. 1, nº 1, pp. 81-93.
- DURÃES, Margarida (1987), «Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta», *Revista de História Económica e Social*, nº 21, pp. 47-56.
- DURÃES, «necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas. Séculos XVIII-XX», *Ler História*, 29, 1995
- EIRAS ROEL, Antonio, «Mecanismos autorreguladores, evolução demográfica y diversificación intrarregional. El ejemplo de la población de Galicia a finales del siglo XVIII», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Ano VIII, 2, 1990.
- FEIJÓ e outros (org.) (1985), *A morte no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Querco.
- FLANDRIN, J.-L., (1979) *Orígenes de la familia moderna*, Barcelona, Crítica.
- GERALDES, Alice Duarte (1987), *Gente do minifúndio. Produção e reprodução social em mudança na freguesia da Correlhã*, Universidade do Minho, tese de doutoramento, policopiada.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1975), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Arcádia.
- HENRY, Louis, (1970), *Manuel de Démographie Historique*, 2ª ed., Genève-Paris, Droz.
- HESPANHA, António Manuel (1973), «Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna», *Análise Social*, 123-124. 4º-5º, pp. 951-974.
- ITURRA, Raul (1985), «Casamento, ritual e lucro: a produção dos produtores numa aldeia portuguesa (1862-1893)», *Ler história*, nº 5, pp.59-81.
- LASLETT, Peter (org.) (1972), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LASLETT, Peter, «Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental, in Maria Luiza Marcílio (org.), *População e Sociedade*, Vozes, Petrópolis, 1984.
- LEAL, Ivone (1986), «Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do século XIX a meados do século XX», in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas de Colóquio, Faculdade de Letras de Coimbra, vol I, pp. 353-367.
- LOPES, Virgílio (1978), *Divórcio em Portugal*, Lisboa, Aster.
- MACEDO, Ana Maria (1993), «Família e Sociedade. Um estudo de elites em meados do século XVIII na freguesia da Cividade- Braga», comunicação apresentada no *III Congresso da ADEH*, Universidade do Minho.
- MARCÍLIO, Maria Luíza (1986), *Caiçara. Terra e População*, S. Paulo, Edições Paulinas.
- MEDEIROS, Fernando (1985), «Groupes domestiques e habitat rural dans le Nord du Portugal. La contribution de l'École de Le Play (1908-1934)», in *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et réalité*, Paris, F. C. Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais.
- MENDES, José Amado (1992), «O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos», *Análise Social*, nºs 116-117, pp. 357-365.
- MIRANDA, Fernando (1993), *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa, 1567-1989*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro.
- MONTEIRO, Nuno (1987), «Notas sobre Fidalguia, Nobreza e Titulares nos finais do Antigo Regime», *Ler História*, 10, pp. 357-365.

- MONTEIRO, Nuno (1993), «Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII», *Análise Social*, 123-124, 4^o-5^o, pp. 921-950.
- MOTA, Guilhermina (1988), «Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no Bispado de Coimbra em 1801», *Revista Portuguesa de História*, 25, pp.1-66.
- NAZARETH, J. M. (1983), «A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX», in *Estudos de História de Portugal (Homenagem a A. H. de Oliveira Marques)*, II, Lisboa.
- NAZARETH, J. M. e SOUSA, F.(1981), «Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII: aspectos sócio-demográficos», *Análise Social*, 66, pp. 315-373.
- NAZARETH, J. M. e SOUSA, F.(1983), *A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime* (Cadernos da Revista de História Económica e Social, 4), Lisboa.
- NETO, M. de Lourdes Akola (1959), *A freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1^o quartel do século XVIII*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos da I. N. E..
- NUNES, João Arriscado (1986), «On household composition in North Western Portugal. Some critical remarks and a case study», *Sociologia Ruralis*, 26, pp. 48-69.
- NUNES, João Arriscado e GONÇALVES, Albertino Ribeiro (1986), «Casa, comunidade e espaço institucional», *Cadernos do Noroeste*, pp.100-112.
- O'NEILL, Brian (1981), «Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia transmontana desde 1886», *Estudos Contemporâneos* n^o 2/3, Porto, pp. 31-73.
- O'NEILL, Brian (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiras- desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- O'NEILL, Brian (1985), «Jornaleiras e zorros: dimensões da ilegitimidade numa aldeia transmontana, 1870-1978», in *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et réalité*, Paris, F. C. Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais.
- PAIS, José Machado (1988), «Fontes documentais na análise da vida quotidiana», in Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira (coord.), *Colóquio sobre Fontes da História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, pp. 289-306.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1986), *Estruturas familiares na Cidade do Porto em meados do século XIX - a freguesia de Cedofeita*, Faculdade de Letras do Porto, tese de mestrado, policopiada.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1996), *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, Edições Afrontamento, 1996.
- PEREIRA, Gaspar Martins e ALVES, Jorge Fernandes (1990), «Comportamentos nupciais na Terra da Maia em Fins do Antigo Regime», *Cadernos de Ciências Sociais*, n^{os} 8/9, pp. 31-44.
- RODRIGUES, Teresa (1986), «Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)», *Nova História*, n^o 2, pp:79-105.
- ROWLAND, Robert (1981), «Âncora e Montaria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das companhias de ordenanças», *Studium Generale/Estudos Contemporâneos*, 2-3, pp. 199-242.
- ROWLAND, Robert (1984), «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: Questões para uma investigação comparada», *Ler História*, n^o 3, pp. 13-32.
- ROWLAND, Robert (1988), «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional», in PÉREZ MOREDA, V. y REHER, D., *Demografía histórica en España*, Madrid, El Arquero.
- SANTOS, Armindo dos (1992), *Heranças. Estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira Baixa*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1987), *A Assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, Faculdade de letras do Porto, tese de mestrado.

- SÁ, Isabel dos Guimarães (1992), *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: The Case of the Foundling Hospital of Porto*, Instituto Universitário Europeu, tese de doutoramento, policopiada.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1993), «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas», *Actas do III Congresso da ADEH* (em publicação)
- SERRÃO, Joel (1973), *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1987) *Da situação da Mulher Portuguesa no Século Passado*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SHORTER, Ed. (1977), *Naissance de la famille moderne*, Éditions du Seuil.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1987), «Família e trabalho doméstico no «hinterland» de Lisboa (1763-1810)», *Análise Social*, nº 97, pp.531-562.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993 a), *Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa. Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Edições Cosmos.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993 b), «Formas de organização do grupo doméstico no hinterland de Lisboa: um estudo sobre condutas diferenciais», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XI-2, pp. 11-54.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1995), «A solução de um paradoxo entre duas abordagens da família: a composição do grupo doméstico e as trajetórias familiares», *Ler História*, 29, 1995.
- SILVA, M. Regina e VICENTE, Ana (s/d), *Mulheres Portuguesas, Vidas e Obras Celebradas-Vidas e Obras Ignoradas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres.
- SILVA, Rosa F. Moreira da (1976), «Geografia agrária da área das doações», *Finisterra*, XI, 22, pp. 228-257.
- SILVA; Rosa F. Moreira da (1981), *Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas. Contrastes e Mutações*, Universidade do Porto, tese de doutoramento, policopiada.
- SOARES, Franquelim Neiva, «Visitações de Monte Longo e Terras de Guimarães. Sociedade, Criminalidade em Santa Eulália Antiga de Fafe (1548-1831)», *Actas das Primeiras Jornadas de História Local*, Câmara Municipal de Fafe, 1996, pp. 39-192.
- SOBRAL, José Manuel R. F. (1993), *Trajectos, produção e reprodução da sociedade - família, propriedade, estrutura social numa freguesia rural beirã*, I.S.C.T.E., tese de doutoramento, policopiada.
- SOUSA, Fernando de (1979), *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Faculdade de Letras do Porto, dissertação de doutoramento, policopiada.
- STONE, L. (1981), «Family history in the 1980s», *Journal of Interdisciplinary History*, XII, pp. 207-226.
- WALL, Karin (1993), «Elementos sobre a sociologia da família em Portugal», *Análise Social*, 123-124. 4º-5º, pp. 999-1010.